

PROVA ESCRITA DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Quesito nº 1

- 1.1 Distinga ato discricionário de ato arbitrário.
- 1.2 Qual é o limite do *poder discricionário* da Administração?
- 1.3 O que é mérito do ato administrativo?
- 1.4 Distinga ato de fato administrativo.
- 1.5 Cite dois dos processos indiretos por via dos quais se manifeste o controle do Legislativo sobre Executivo.
- 1.6 Distinga, conceituando e se reportando aos efeitos, *anulação* e *revogação* de ato administrativo.
- 1.7 Indique duas modalidades de revisão provocada (pelo particular interessado) do ato administrativo.
- 1.8 O Poder Judiciário, quando aprecia o ato administrativo, limita-se ao *exame*

Quesito nº 2

O Governador decretou a rescisão administrativa de um contrato firmado entre o Estado e a empreiteira **R**, pela prática, por parte desta, de atos lesivos ao patrimônio público (art. 136, a), com a conseqüência de ter sido referida firma expressamente declarada impedida, em definitivo, de transacionar com os órgãos centralizados e descentralizados do Estado, de acordo com o art. 141 do Caderno de Obrigações (Decreto estadual n.º 15.155, de 15.02.1960), *verbis*:

“Independente das sanções e penalidades previstas no presente ‘Caderno’, serão declarados *definitivamente impedidos de transacionar* com os órgãos da Administração Pública do Estado e suas autarquias os adjudicatários:

- a) que tiverem rescindidos seus contratos em virtude dos casos previstos nas letras **a** (dolo ou culpa no cumprimento das especificações ou projetos

de obra, instalações ou serviços) e *b* (reincidência sistemática de faltas já punidas com advertência e multa) do art. 136”.

Pergunta-se:

estando em execução um contrato de obra pública, firmado entre o Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e a empreiteira *R*, deve esse contrato ser considerado rescindido ou levado a termo?

Quesito nº 3

A empreiteira *W* contratou com a antiga Prefeitura a construção de um ambulatório, sob regime de empreitada, pelo preço de 20 milhões de cruzeiros. O contrato previa o término da obra para 24 meses após o seu registro pelo Tribunal de Contas, o que ocorreu a 02.01.1958.

A 03 de julho de 1959, em andamento normal a construção, a empreiteira requereu a suspensão do contrato por 6 meses. O Tribunal de Contas denegou a suspensão pleiteada.

A obra é terminada e entregue na data prevista.

A 03 de abril de 1960, a empreiteira *W* requer reajustamento do preço, invocando o preceito específico do Código de Contabilidade Pública, que autoriza as revisões dos contratos desde que comprovado o prejuízo e atendidos mais certos outros requisitos. A pleiteante atende a todas as exigências.

Por outro lado, o orçamento do exercício dispunha de verba própria para pagamento de reajustes contratuais.

Pergunta-se:

poderá a Administração conceder o reajustamento pedido, e que depende, ainda, do posterior registro pelo Tribunal de Contas?

Quesito nº 4

O Estado, após o atendimento das formalidades legais, arrenda uma construção própria para restaurante, que fez levantar, na Floresta da Tijuca, com finalidades turísticas.

O contrato, cujo prazo era de 5 anos, terminou em dezembro de 1960.

Disporá o Estado de meios judiciais para recuperar o imóvel, objetivando oferecê-lo novamente em concorrência pública, para a mesma finalidade (restaurante), ou não poderá fazê-lo, seja em face da legislação restritiva do inquilinato, seja em face de uma ação renovatória de locação comercial, que lhe esta sendo movida pelo arrendatário?

Queira orientar a Administração, inclusive quanto ao modo de agir.

Quesito nº 5

O servidor *A. A. F.*, motorista de ambulância do Hospital Miguel Couto, atropela transeunte que atravessava na faixa, ignorando-se, de pronto, se o sinal estava aberto ou fechado para o veículo.

Em decorrência do acidente, a vítima, que sofreu redução de sua capacidade de trabalho, aciona o Estado.

Pergunta-se:

a responsabilidade civil do Estado dependerá da prévia apuração da culpa do seu servidor?

Quesito nº 6

O Governador do Estado recebeu oferta de empréstimo estrangeiro para a construção de uma rede hospitalar. Quais as duas formalidades que deverá atender, preliminarmente, e na ordem certa?

Quesito nº 7

O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem é o órgão federal que dispõe de competência para conceder serviço de transporte de passageiros nas estradas compreendidas no Plano Rodoviário Nacional (Const. Fed., art. 5.º, XV, j e Dec.-lei n.º 8.453, de 1945).

Pretende o DNER delegar ao Estado da Guanabara a faculdade de concessão e fiscalização desse serviço de transporte, que, partindo do Rio de Janeiro, demande qualquer dos municípios limítrofes no Estado do Rio (Meriti, Caxias, Nilópolis), transitando pela BR-2 ou BR-3.

Responda, indicando os preceitos aplicáveis (federal e local):

A - por que meio se poderia operar essa delegação?

B - qual a formalidade que o Executivo da Guanabara deverá atender para validar, por parte do Estado, essa delegação de competência?

Quesito nº 8

Indique:

A - as atuais 7 Secretarias Gerais do Estado;

B - 2 Departamentos por Secretaria Geral;

C - 2 autarquias do Estado;

D - 2 sociedades de economia mista de que participe o Estado;

E - a qual das Secretarias Gerais é vinculada a Procuradoria-Geral do Estado;

F - as 7 Procuradorias especializadas em que se divide a Procuradoria Geral.

Quesito nº 9

O Estado da Guanabara é representado pelo seu Governador. Por que razão os Procuradores do Estado, quando comparecem em Juízo, não o fazem munidos de uma procuração, outorgada pelo Chefe do Executivo?

Quesito nº 10

Dispõe a Lei n.º 54, de 1961, que fixa os preços de ingresso no Estádio do Maracanã (dirigido pela Administração dos Estádios do Estado - ADEG), para os jogos de futebol:

“Art. 1.º - O preço dos ingressos, nos estádios da ADEG (*atenção*: no momento o Maracanã é

o único), para as partidas de futebol profissional, será, no máximo, igual ao menor preço da mesma localidade, cobrado nos demais jogos de igual categoria, realizados nas outras praças de esportes existentes no Estado da Guanabara (*atenção*: campos particulares dos clubes), durante a mesma temporada e a partir da vigência da presente lei .

§ 2.º - “Qualquer que seja a natureza das competições, haverá ingressos a *preços populares*, não sendo permitido que o preço das gerais, na presente temporada, ultrapasse Cr\$ 15,00”.

Inicia-se a temporada de 1962, e a Federação Carioca de Futebol envia ofício à ADEG dando ciência dos preços de ingresso fixados pelos clubes a ela filiados, válidos para a totalidade dos campos particulares. Para as *gerais* foi estabelecido o preço de Cr\$ 50,00.

A ADEG entende que Cr\$ 50,00 não se coaduna com o “preço popular” de que fala a lei. E, por isso mesmo, quer cobrar valor mais baixo.

A - Deverá fazê-lo, dada a manifesta intenção do legislador em criar um ingresso popular? Mas a regra do art. 1.º não a impedirá, pois que vinculou os preços do Maracanã aos preços dos clubes? E se estes, amanhã, cobrarem Cr\$ 250,00 por uma “geral”?

B - Para fixar “preço popular” a ADEG disporia de competência, ou seria caso de ser usado o poder regulamentar do Governador?

C - No seu entender, como aconselharia o Presidente da ADEG, que vem de endereçar consulta à Procuradoria?

Quesito nº 11

Aquí estão, alinhadas, características da *permissão* e da *concessão*, sendo que

algumas delas podem ser comuns a ambas.

Assinale com um X aquelas *específicas* da *permissão*:

- contrato
- concorrência pública
- prazo certo
- precariedade
- lei autorizativa
- ato unilateral
- revogabilidade sem indenização
- sempre serviço público
- reversão
- continuidade do serviço
- privilegio
- tarifa
- termo de responsabilidade
- rescisão.

Quesito nº 12

Dispõe a Constituição do Estado:

“Art. 6º - Compete a *Assembléia Legislativa*, com a sanção do Governador:

V - estabelecer as condições segundo as quais o Executivo poderá:

a - *fixar os preços* ou *tarifas de serviços públicos*”.

Art. 49 - “A fiscalização efetiva da execução dos contratos ou permissões de serviços públicos prestados por particulares e a *fixação das tarifas deverão ser realizadas por comissões* com amplos poderes de exame e investigação, assegurada a publicidade dos seus trabalhos por meio de relatórios anuais com a demonstração de cálculos das tarifas em vigor”.

§ 1.º — “A *revisão das tarifas* dos serviços explorados pelas empresas concessionárias ou permissionárias *somente será efetuada após o tombamento físico e contábil de seus bens*, para conhecimento do investimento remunerável, avaliado pelo seu custo histórico”.

Até a presente data a Assembléia Legislativa não estabeleceu as condições segundo as quais deverão ser fixadas as tarifas, nem foi nomeada a comissão de fiscalização à qual incumbirá a revisão das tarifas, a operar-se tão somente após o tombamento físico e contábil para conhecimento do investimento remunerável.

A Societé Anonyme du Gaz e o Sindicato de seus trabalhadores, sob a supervisão do Departamento Nacional do Trabalho, firmaram acordo de aumento salarial, cuja validade fizeram depender de revisão (majoração) da tarifa.

O Governador, que não estava obrigado a rever a tarifa, achou, todavia, de fazê-lo, por considerar aflitiva a situação dos empregados.

Baixou, com essa finalidade, mas sem qualquer autorização da Assembléia, o Decreto n.º 530, de 20 de agosto de 1961, via do qual autorizou o aumento do preço do metro cúbico de gás.

Pergunta-se:

A - poderia o Governador rever a tarifa sem que previamente atendido o disposto nos arts. 6º e 49 da Constituição do Estado?

B - um usuário do sistema de gás não poderia recusar-se ao aumento do preço, argüindo a inconstitucionalidade do Decreto n.º 530?

Quesito n.º 13

Quando, mediante pagamento, se obtém um jazigo perpétuo no Cemitério São João Batista, qual a figura jurídica ocorrente?

Quesito n.º 14

O serviço telefônico no Estado da Guanabara é prestado, em regime de concessão, pela Companhia Telefônica Brasileira. O contrato de concessão teve sua minuta previamente aprovada pela Lei n.º 778, de 12 de setembro de 1953.

Responda a estas duas seguintes situações:

A - a Concessionária tem necessidade de adquirir imóvel vizinho à sua "Central da Estação 27", para efeito de ampliação desta. Seu proprietário, todavia, recusa-se a vendê-lo. Como poderá a Concessionária resolver este seu importante problema?

B - o Governo do Estado está seguro de que a Concessionária não dispõe de capacidade financeira para ampliar a rede que serve a Zona Norte. Ou, se a tem, não deseja proceder a ampliação, embora, com tal proceder, infrinja o contrato e prejudique gravemente a população. Pode o Estado, que é o Concedente, abrir concorrência e entregar ao vencedor o direito de montar novo sistema para a Zona Norte, que o explorará sem embargo de continuar a Telefônica explorando o seu?

Quesito n.º 15

O Código Nacional do Trânsito (Decreto-lei n.º 3.651, de 1941), que regula o "trânsito de veículos automotores de qualquer natureza, nas vias abertas à circulação pública, em todo o território nacional" (art.1º), dispõe no art.132:

"O veículo não poderá ser retirado da circulação quando estiver com passageiros".

Por sua vez, tendo em vista motivos de proteção paisagística, a Lei estadual n.º 606, de 1961, dispõe no seu art. 7º:

É proibido na *Ilha de Paquetá*:

c - o trânsito de veículos motorizados de qualquer espécie e para qualquer fim, com exceção de ambulâncias, caminhões para transporte de mercadorias, de materiais de construção e para mudança".

As ruas da ilha de Paquetá são logradouros públicos - bens públicos de uso comum - e se destinam, obviamente, à circulação pública.

Pergunta-se:

pode a autoridade estadual impedir que um automóvel de passeio, lotado de passageiros, saia da barca para percorrer as ruas da ilha?

Quesito n.º 16

Entre duas importantes vias de penetração - as avenidas M e P - encontra-se grande área do domínio privado. O Estado, pretendendo interligá-las, desapropria a faixa necessária, que corta a propriedade particular ao meio, em perpendicular às referidas avenidas.

Sai, pois, a faixa expropriada do domínio privado para ingressar no domínio público (Cod. Civ. arts. 65 e 66).

Mas o Estado adquiriu a faixa para transformá-la em rua, logradouro público (bem público de uso comum).

Como deverá proceder o Governador para a nova mudança de categoria — de bem público *dominical* (art. 66, III) para bem público *de uso comum* (66, I)?

Quesito n.º 17

Qual a razão de chamar-se *dos Sobejos* a Sesmaria doada à Cidade do Rio de Janeiro pelo Governador D. Pedro de Mascarenhas, e confirmada por Carta Régia de D. Maria I, em 1794?

Quesito n.º 18

Fulano é proprietário de um imóvel na rua da Alfândega, portanto, segundo o Estado, a ele foreiro, por localizado na área enfitêutica da Sesmaria da Cidade.

O Estado, todavia, não dispõe de elementos para comprovar seu direito real sobre o referido imóvel, pois que, há mais de século e meio, foi destruído o arquivo

do Senado da Câmara do Rio de Janeiro. E ao próprio Estado, por força do disposto no art. 527 do Código Civil ("o domínio presume-se exclusivo e ilimitado, até prova em contrário"), incumbiria provar o seu direito ao domínio direto.

Pergunta-se:

A - por que razão incumbe a Fulano provar a alodialidade do seu imóvel, e não, em observância ao art. 527, ao Estado, comprovar a enfiteuse que alega?

B - qual a prova que Fulano deverá produzir para que o Estado lhe reconheça a alodialidade (domínio pleno) de seu imóvel?

Quesito nº 19

Dispõe a Constituição do Estado no art. 44:

"§ 5.º - Os imóveis pertencentes ao Estado da Guanabara *não poderão ser objeto de doação*, permuta ou cessão a título gratuito, nem serão vendidos ou aforados senão em virtude de lei especial e em hasta publica ...".

Em que pese a vedação, a Assembléia Legislativa, por lei, autoriza o Governador a doar determinada área do domínio do Estado à Cruz Vermelha (instituição privada), com a condição de a donatária nela construir hospital de 400 leitos, 60 dos quais permanentemente à disposição do Estado para internamento gratuito de doentes encaminhados pelo Pronto-Socorro.

Diz mais a lei que, a não construção do hospital no prazo X, ou a ulterior inobservância da obrigação de receber doentes, importará na reversão, sem indenização, ao patrimônio do Estado do terreno e eventuais benfeitorias levantadas pela donatária.

O Governador - que reputa do maior alcance e conveniência a doação, por isso que o Estado carece de leitos - sente-se impedido, todavia, pelo dispositivo constitucional.

Sem embargo, consulta a Procuradoria. Como responderia V.?

Quesito nº 20

Indique 3 servidões administrativas.

Quesito nº 21

Pelo proprietário do último pavimento de um edifício em condomínio é requerida licença para cobertura do terraço. Trata-se de *parte comum*, mas entregue, pela convenção, ao uso do requerente da licença.

A cobertura pretendida não é vedada pelo Código de Obras.

Como deverá agir o Engenheiro-Chefe do Distrito local do Departamento de Edificações - autoridade a quem incumbe expedir a licença?

Quesito nº 22

O desenho indica a existência de Projeto de prolongamento da rua Y, que, uma vez executado, passará a cortar a quadra cercada pela praça A e ruas B, C e D.

O projeto foi aprovado em 1948 - mesmo ano em que foi baixado decreto de desapropriação dos imóveis atingidos, e necessários ao prolongamento projetado da rua Y.

Em 1950 foram efetivadas as desapropriações de 3 imóveis, que são os Próprios Estaduais (PE) assinalados no desenho.

Mas, decorridos 5 anos, conforme determina a lei de desapropriações (Dec.-lei nº 3.365), o decreto caducou. Tal se deu em 1953. E não mais cogitou o Governo de ultimar a obra.

Para isso, todavia, há necessidade de novo decreto de desapropriação, e, ainda, de verba orçamentária. Mas, ao que se sabe, os planos atuais de obras públicas não incluem o prolongamento da rua Y.

Vem agora o proprietário do terreno Z de apresentar projeto para a construção de um grande edifício. Dado o enorme valor de seu imóvel, pretende ocupar toda a frente (para a praça) com lojas.

Como, em vista da Lei nº 894, a construção projetada não poderá prescindir de garagem de tamanho considerável, ela foi prevista no subsolo, *com saída para os fundos*, ou seja, para o projetado prolongamento da rua Y. Dessa forma o proprietário ganharia, para as lojas, os 3,5 m necessários à entrada-saída da garagem.

Pergunta-se:

estará o Estado obrigado a licenciar a obra na forma projetada? Quer entenda pela positiva, quer pela negativa, por quê?

Quesito nº 23

O Código de Obras, no art. 72, exige licença prévia para toda e qualquer construção na área territorial do Estado. Para tanto, o proprietário apresenta seu pedido, que faz acompanhar do projeto (plantas).

Acontece que, muitas vezes, a fiscalização não tem conhecimento que determinada obra foi levada a efeito sem licença.

Há, então, formalidades a atender, devendo, embora *a posteriori*, ser processada a licença para efeito de *legalização da obra*, que passa a ter existência reconhecida pelas autoridades.

Por outro lado, há lei federal passível de aplicação. É o Dec.-lei número 8.720, de 1946, conhecido como "lei da mais valia", que dispõe:

"Sempre que a execução de uma obra seja feita em desacordo com a licença aprovada, e que o interesse coletivo não justifique seu desfazimento total ou parcial, o proprietário pagará à Prefeitura local uma importância correspondente

à mais valia que para ele houver resultado da desobediência”.

Vejamos duas hipóteses:

A - fulano aumentou clandestinamente sua casa de um quarto, isto é, sem licença, observando, todavia, as exigências técnicas das posturas vigentes.

B - beltrano aumentou sua casa de um quarto, tendo tido o cuidado de obter a necessária licença. Todavia, ao executar a obra, deixou de observar o projeto que apresentara à autoridade, aumentando, *acima do que projetara e fora licenciado*, a área do quarto.

A Secretaria Geral de Viação está em dúvida de como proceder em cada uma das hipóteses: se legaliza, cobrando apenas os emolumentos; se legaliza, cobrando, além dos emolumentos, a mais-valia; se determina a demolição.

Aconselhe-a.

Quesito nº 24

A série de poderes, em princípio ilimitados, que o titular de direito de propriedade exerce sobre uma coisa, em determinado momento, não permanece imutável e se alarga e se encolhe ao sabor das leis, mormente daquelas de ordem pública e desde que estabeleçam verdadeiras servidões de interesse público em benefício da coletividade.

Essas leis são de efeito imediato, e apanham a situação jurídica do proprietário como se encontra à época em que passam a vigorar, limitando-lhe logo o exercício de poderes.

Vejamos 3 hipóteses:

A - construiu-se um prédio de 10 pavimentos em determinada zona, e, após a obra terminada, sobrevém restrição determinando que no local o interesse público passa a exigir 6 andares.

B - está em meio a construção de um prédio de 10 pavimentos na referida zona, quando sobrevém a redução do gabarito para 6.

C - pediu-se licença para construir um prédio de 10 andares na zona em causa, e ela foi concedida. Antes de iniciada a construção sobrevém o regulamento determinando que, no local, o interesse público passa a exigir 6 pavimentos.

O Estado tem o dever de impor o novo gabarito imediatamente. Como proceder em cada uma das três hipóteses?

Quesito nº 25

A investidura é conceituada pelo Código de Obras como “a incorporação, a uma propriedade particular, de uma área de terreno pertencente ao logradouro público

e adjacente à mesma propriedade, para o fim de executar um projeto de alinhamento ou de modificação de alinhamento aprovado pela Prefeitura”.

Como forma jurídica de aquisição de propriedade consignada no direito edilício, a investidura segue, de perto, o instituto civil da acessão, subordinando-se, pois, à regra geral de que *accessio cedit principali*. Na investidura, como na acessão, a área inaproveitável pelas suas dimensões acede a outra, considerada como principal.

A Constituição local dispõe, no § 5º do art. 44, que os imóveis pertencentes ao Estado não podem ser vendidos senão em hasta pública.

Entre dois lotes de proprietários distintos encontra-se área do domínio do Estado, que não perfaz, todavia, os limites mínimos de lote construível (imóvel independente).

O Governo, considerando objetivos urbanísticos, pretende eliminar a área vaga, entre os dois imóveis particulares. Mas não desconhece a impossibilidade de dispor da área como imóvel autônomo, pela falta dos quantitativos mínimos.

Na dúvida de como proceder, endereça consulta à Procuradoria. Como responderia V.?

Quesito nº 26

O Estado licencia construção de edifício *comercial*, vale dizer, construção não destinada a residência, e, por isso mesmo, desprovida dos requisitos técnicos e de higiene indispensáveis a moradia.

O síndico do edifício constata que uma das unidades, ao invés de estar sendo utilizada para atividade comercial, o está para residência. Conseqüentemente, com desvirtuamento da destinação.

Reclama para a Administração.

A - o que poderá fazer a autoridade?

B - na inversa, se o edifício houvesse sido licenciado para destinação *residencial*, e constatada ocupação comercial, que poderia a autoridade fazer, provocada pelo condomínio?

Quesito nº 27

27.1 Conceitue *poder de polícia*.

27.2 O *alvará de licença* é a autorização que o Poder Público concede aos particulares para o exercício de determinadas atividades. É ele passível de revogação?

27.3 Indique 5 tipos de poder de polícia.

27.4 O espetáculo cinematográfico tem sobre si uma tríplice fiscalização: federal, estadual e municipal. Indique como se opera cada uma delas.

Quesito nº 28

- 28.1 O Prefeito (Chefe do Executivo municipal) é sempre eleito ou poderá ser nomeado pelo Governador?
- 28.2 Município dispõe de Poder Legislativo?
- 28.3 O que é imunidade? Vereador a tem?
- 28.4 Como se denomina a unidade em que se divide o Município?
- 28.5 Conceitue *comarca*:
- 28.6 Dispõe o Município de função judicante própria?

Quesito nº 29

- 29.1 Defina *orçamento público*.
- 29.2 O que é *empenho de despesa*,
- 29.3 Indique os 3 princípios fundamentais do orçamento público brasileiro, dizendo o significado deles.
- 29.4 O Tribunal de Contas do Estado da Guanabara, na fiscalização da administração financeira do Estado, é órgão auxiliar do Poder
- 29.5 Assinale com um X as afirmativas *falsas*. Ao Tribunal de Contas do Estado da Guanabara compete:
- acompanhar e fiscalizar a execução do orçamento;
 - julgar as contas dos responsáveis por dinheiros públicos;
 - apreciar todo e qualquer convênio em que seja parte o Estado;
 - autorizar a tomada de empréstimo estrangeiro pelo Estado;
 - registrar *previamente* ou *posteriormente* quaisquer atos administrativos de que resulte obrigação de pagamento;
 - julgar as contas dos administradores de entidades autárquicas;
 - fiscalizar as contas das sociedades de economia mista em que seja majoritário o capital subscrito pelo Estado;
 - aprovar a distribuição dos créditos orçamentários, para registro *a posteriori* da despesa;
 - julgar as contas da gestão anual do Governador;
 - recusar registro de atos - conseqüentemente proibindo o pagamento - desde que constate falta de saldo na verba, imputação errada a crédito ou referência a verba imprópria;
 - homologar os novos enquadramentos dos funcionários, em face de leis de reestruturação dos quadros;

- controlar a aplicação das subvenções concedidas orçamentariamente a pessoas jurídicas de direito privado;
- registrar os atos das autarquias de que resultem obrigação de pagamento;
- apostilar, sem qualquer ingerência do Executivo, as alterações de vencimentos dos seus Ministros.

Quesito nº 30

- 30.1 Qual é o percentual máximo de lucro que a legislação permite ao investimento das empresas que exploram a indústria e o comércio da energia elétrica, e a ser computado no cálculo da tarifa?
- 30.2 Marque com um X as pessoas jurídicas abaixo relacionadas que, em face da legislação brasileira, exercem o poder Concedente para a exploração da indústria e comércio da energia elétrica:
- União Federal
 - Estado-Membro
 - Município
 - Autarquia
 - Soc. Econ. Mista
 - Eletrobrás
- 30.3 O concessionário para a produção e distribuição de energia elétrica está sob o controle de órgão próprio do poder concedente, cuja função é de exercer uma tripla fiscalização: técnica, contábil e financeira.
- Indique a finalidade de cada uma delas.

Quesito nº 31

O Governo Central, ainda no Império, por isso que responsável pelo Município Neutro (cidade do Rio de Janeiro), mantinha um serviço de águas.

De então para cá, a União prosseguiu na ampliação do sistema, passando o Distrito Federal a contar com o Departamento Federal de Águas, que cuidava das linhas adutoras provenientes dos mananciais de São Pedro, Rio d'Ouro, Tinguá, Xerém e Mantiqueira, todos localizados no Estado do Rio de Janeiro.

Para assegurar a captação d'água, a União adquiriu as imensas áreas florestais circunvizinhas, para cuja guarda foi criado, no Ministério da Agricultura, o Serviço de Defesa Florestal.

Fez mais a União: adquiriu, por desapropriação, as faixas de terreno necessárias a localização das adutoras, que demandam a cidade do Rio de Janeiro.

Pelo Decreto-lei nº 7.459, de 1945, a União transferiu para o então Distrito Federal, hoje Estado da Guanabara, os serviços de água. Logo a seguir, pelo Decreto-lei nº 7.860, tornou efetiva a transferência, inclusive e expressamente do domínio e posse de todos os bens imóveis utilizados pelo referido serviço.

Os mananciais e adutoras, pois, embora de propriedade do Estado da Guanabara, estão localizados no Estado do Rio de Janeiro. E, embora o Decreto-lei n.º 7.860, os mananciais encontram-se sob a guarda do Serviço Federal de Defesa Florestal.

Indústria de base, no ramo da química, e, portanto, do maior interesse para o Brasil, vem de ser instalada no território fluminense, nas proximidades de uma das adutoras.

A atividade do grande conjunto industrial, todavia, exige permanente consumo de grande volume d'água.

Dado que o Estado do Rio não dispõe de água captada suficiente para fornecer à nova indústria, básica para o parque industrial brasileiro, pergunta-se:

- A - poderá a indústria, em face de necessidade vital, sangrar uma das adutoras?
- B - se entender negativamente, dependeria, para tanto, de prévia autorização do Estado do Rio? Ou da União Federal?
- C - se ainda entender negativamente, como poderia agir a indústria, no sentido da obtenção desse elemento vital para suas atividades?

Quesito nº 32

Dispõe a Constituição da República:

“Art. 141 - § 16 - É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro”.

“Art. 147 — O uso da propriedade será condicionado no bem-estar social. A lei poderá, com observância do disposto no art. 141, § 16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos”.

Determinado Estado-Membro constata que em seu território existem inúmeros imóveis improdutivos ou explorados sem correspondência com as necessidades dos centros urbanos de consumo que lhes estejam próximos. Considera que um melhor aproveitamento dos mesmos, via distribuição entre os camponeses locais, atenderia melhor as necessidades de consumo dos centros urbanos.

Pergunta-se:

é possível ao Estado-Membro baixar decreto de desapropriação visando redistribuição da propriedade, fundando o ato na justificativa de interesse social?

Quesito nº 33

O Executivo, objetivando abrir uma grande praça em determinado local, declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, 20 imóveis.

É efetivado o exproprioamento de um deles, que, conseqüentemente, e ingressa no patrimônio do Estado.

Todavia, força de revogação do projeto de abertura da praça, o referido imóvel se torna desnecessário à destinação indicada.

Dispõe o Código Civil no art. 1.150:

“A União, o Estado ou o Município, oferecerá ao ex-proprietário o imóvel desapropriado, pelo preço por que o foi, caso não tenha o destino para que se desapropriou”.

O Estado deixa de observar o comando da lei.

Pergunta-se:

tem o ex-proprietário o direito de forçar o Estado a promover a devolução do imóvel? Por que modo o fará?

Quesito nº 34

Quando é que se dá a *desapropriação indireta*, também chamada *desapropriação de fato*?

Quesito nº 35

O Legislativo toma a iniciativa da seguinte lei, que é sancionada pelo Governador:

“Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a desapropriar o imóvel Z, atualmente ocupado, força de locação, pela agremiação desportiva Y”.

“Art. 9º - O imóvel, uma vez desapropriado, será entregue em comodato ao clube ocupante, para que este o utilize nos seus objetivos desportivos e sociais”.

Pergunta-se:

A - a circunstância de haver o Governador sancionado a lei, que é autorizativa, ao invés de vetar o projeto, não o obriga a baixar decreto de desapropriação (“Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, etc.”)?

B - e se o Governador se houvesse omitido, deixando fluir o decêndio para vetar o projeto, conseqüentemente sancionada a lei pelo Presidente da Assembléia, não estaria obrigado a efetivar a desapropriação? Ou ficaria ela ao seu inteiro arbítrio?

C - poderia o Legislativo, ao invés de preferir a fórmula “autorizativa do Executivo”, tomar de pronto a iniciativa da desapropriação (desde logo

declarando a utilidade pública para tal fim), de modo a forçar o Executivo a efetuar-la?

- D - o Executivo, a seu turno, acaso pretendesse atender aos reclamos do clube Y, dependeria de autorização da Assembléia para baixar decreto de desapropriação?
- E - como poderia o Executivo fundamentar o decreto de desapropriação: utilidade pública, necessidade pública ou interesse social (Const. Federal, art. 141, § 16)?
- F - uma vez efetuada a desapropriação em causa, poderia o Executivo entregar o imóvel, já então Próprio Estadual, em comodato, ao clube Y?
- G - como poderia o proprietário, que não deseja ver-se expropriado orientar sua defesa perante o Poder Judiciário?
- H - poderia o Judiciário apreciar a natureza do ato expropriatório em causa?

Quesito nº 36

Realizado um concurso para provimento na carreira de Motorista do Estado da Guanabara, verifica-se a aprovação de 30 (trinta) candidatos para um total de 10 (dez) vagas.

Posteriormente, ainda dentro do prazo de validade do concurso, *ocorreram* mais 10 (dez) vagas.

Pergunta-se:

é o Executivo obrigado a preencher as 10 (dez) vagas *ocorrentes* com outros tantos candidatos aprovados no concurso, ou, ao contrário, ditos provimentos se situam na esfera do arbítrio do Poder Público, que poderá deixar esgotar-se a validade do concurso sem nomear os dez seguintes candidatos?

Quesito nº 37

Um cidadão foi nomeado e empossado em determinado cargo público. Sua nomeação, todavia, não estava conforme a lei, o que levou a Administração a torná-la sem efeito. Não tendo ciência desse fato, continuou ele a exercer suas atribuições como se ainda estivesse vinculado ao serviço público, praticando, inclusive, atos que se refletiram em interesses privados de contribuintes.

Pergunta-se:

- A- incorreu, ou não, o citado cidadão na prática do crime previsto no art. 324 do Código Penal (exercício ilegal de função pública)?
- B- são, ou não, válidos os atos por ele praticados após haver sido anulada sua nomeação?

Quesito nº 38

Oriente a Administração quanto ao modo de proceder nas seguintes hipóteses:

- A - o Governador, *baseado em inquérito policial* (disso fazendo menção no seu despacho), dispensou dos quadros funcionais cinco servidores sem estabilidade e, conseqüentemente, demissíveis *ad nutum*.

A Justiça, posteriormente, ao julgar o processo penal, considerou que os fatos apontados não somente não constituíam crime como, ainda mais, que ao praticá-los os acusados haviam agido no exercício de direito legitimamente assegurado pelas leis da República.

Diante disso, os ex-servidores requereram a volta ao serviço público.

- B - certo funcionário praticou determinada falta, respondendo em razão dela a processo administrativo. Ao mesmo passo era instaurada, pelo mesmo motivo, ação penal contra ele.

Em virtude de ter sido comprovada, no processo administrativo, sua culpabilidade, a Administração demitiu-o do cargo.

Posteriormente, julgado o processo criminal, a Justiça absolveu o ex-servidor, por constatar que as provas produzidas na ação penal não eram suficientes para responsabilizá-lo pelos atos que lhe eram imputados.

Com fundamento na sentença absolutória, o ex-servidor requereu reintegração no cargo do qual fora demitido.

Quesito nº 39

Sobre Despachante Estadual:

- A- atendendo ao conceito estatutário é ele um funcionário?
- B- poderá ele peticionar, na via administrativa, reivindicação de servidores do Estado da Guanabara?

Quesito nº 40

Em que caso pode o funcionário do Estado ser *procurador* de partes?

Quesito nº 41

Um funcionário requereu à Administração lhe fosse concedida determinada certidão para servir de elemento instrutivo em ação que moveria contra o Estado, objetivando reivindicação ligada à sua situação funcional.

O pedido foi denegado pela autoridade.

O funcionário impetra mandado de segurança para forçar a Administração a expedir a certidão.

V. foi designado para promover a defesa do ato da autoridade dada por coatora. Como justificaria, sucintamente, o ato da autoridade?

Quesito nº 42

O Estatuto dos Funcionários do Estado (Lei nº 880, de 1956) admite, nos arts. 233 a 237, a revisão, a qualquer tempo, do processo administrativo de que resultou pena disciplinar, desde que sejam aduzidos fatos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do requerente.

Baseado no preceito estatutário, um ex-funcionário, demitido em dezembro de 1956 vem de requerer, em julho de 1962, a revisão do processo a que foi submetido, trazendo fatos novos que poderiam justificar a sua não culpabilidade.

Como opinaria V.: pelo deferimento ou indeferimento da revisão?

Quesito nº 43

Um funcionário faltou ao serviço durante 10 (dez) dias consecutivos, tendo sofrido a perda dos vencimentos referentes aquele período. Além disso, o seu chefe imediato aplicou-lhe a pena de repreensão.

Inconformado com a repreensão, o funcionário requereu o cancelamento da mesma, alegando já ter sido descontado em seus vencimentos em razão da ausência; a punição subsequente, aplicada por motivo das mesmas faltas ao serviço, constituiria um *bis in idem*, contrariando, dest'arte, a regra de que ninguém pode ser punido duplamente em razão da prática de um mesmo ato.

Como opinaria V.: pela manutenção, ou não, da penalidade de repreensão?

Quesito nº 44

Sobre acumulação de cargos públicos:

44.1 Determinado servidor, ocupante do cargo burocrático de Oficial de Administração nível 17, logrou ser aprovado em concurso para Professor de Administração Pública.

Ao ser nomeado, requereu lhe fosse assegurado o direito de acumular os dois cargos, provando, na ocasião, a existência de compatibilidade de horário entre ambos, e, mais, que as matérias a serem lecionadas apresentavam correlação genérica com os conhecimentos por ele aplicados como Oficial de Administração.

Pergunta-se: poderá ele acumular?

44.2 A Constituição Federal estabelece como regra, a proibição de acumular cargos públicos, dando, todavia, as exceções a esse princípio.

Diante do comando constitucional, opera-se acumulação de cargos no exercício simultâneo de cargo público do Estado da Guanabara com emprego em sociedade de economia mista de cujo capital participa o mesmo Estado, sabendo-se que nesta última situação o regime legal aplicável é o da legislação trabalhista?

44.3 Verificado, em processo administrativo, que um servidor, de boa-fé, acumula ilegalmente cargos públicos, há conseqüências. Assinale com um X:

- devolução do recebido indevidamente
- perda de ambos os cargos
- opção por um dos cargos

Quesito nº 45

45.1 O Plano de Classificação de Cargos do Serviço Civil do Estado (Lei nº 14, de 1960) determinou a extinção (assinale a resposta correta com um X):

- dos cargos em comissão
- dos cargos ocupados por interinos
- das funções de extranumerários.

45.2 *Remoção* é o deslocamento do funcionário (assinale a resposta correta com um X):

- de uma carreira para outra
- de uma repartição para outra
- de um cargo para outro
- de uma classe para outra.

Quesito nº 46

46.1 O pagamento pelo exercício da *função gratificada* se classifica como (assinale a resposta correta com um X):

- vencimento
- remuneração
- salário
- ajuda de custo
- diária
- vantagem acessória do vencimento.

46.2 O servidor que se afasta legalmente do serviço público perde em certos casos, os seus vencimentos durante esse afastamento. Indique três casos em que isso não ocorre.

Quesito nº 47

47.1 O Estatuto dos Funcionários (Lei nº 880, de 1956) prevê, no art. 140, a concessão de gratificações pela execução de trabalho de natureza especial, com risco de vida ou saúde. Indique duas categorias de servidores estaduais que gozam desse benefício.

47.2 Assinale com um X os casos em que se configura a existência de crime praticado pelo funcionário contra a Administração Pública:

- prática de usura
- abandono de cargo público
- direção de firma comercial subvencionada pelo Governo ao qual está subordinado o funcionário
- corrupção passiva
- insubordinação grave em serviço
- aplicação irregular de dinheiros públicos
- peculato
- ofensa física ao seu chefe imediato

Quesito nº 48

Um funcionário do Estado atinge os 70 anos, sendo por isso aposentado compulsoriamente. Trata-se, todavia, de elemento de grande valor, ainda em condições de produzir.

Pergunta-se:

podia ele, que concorda, voltar ao serviço ativo?

Quesito nº 49

Segundo disposição legal então vigente, um funcionário, ocupante de certo cargo, tinha assegurado o acesso, por nomeação, a um outro, de nível mais elevado. Antes de se processar a nomeação, surgiu novo diploma legal, que extinguiu o cargo destinado ao acesso do citado servidor.

Pergunta-se:

podrá ele opor à Administração direito seu à nomeação que a lei anterior lhe garantia?

Quesito nº 50

50.1 Indique dois modos de *vacância* dos cargos públicos.

50.2 A volta do servidor em *disponibilidade* ao serviço ativo se dá por

.....

50.3. Indique três formas de *provimento* dos cargos públicos.

PROVA ESCRITA DE DIREITO CONSTITUCIONAL

DISSERTAÇÃO

Parlamentarismo e Presidencialismo. Contrastes históricos, políticos e jurídicos entre as estruturas institucionais do Brasil (Constituições de 1824 e de 1946, inclusive Emenda n.º 4), Estados Unidos e Inglaterra. A controvérsia sobre o parlamentarismo nas federações, à luz da opinião de Ruy Barbosa e dos regimes do Brasil e de outros Estados Federais de hoje.

Quesito nº 1

Qual o rito constitucional para criação de Municípios no Estado da Guanabara e que tributos poderiam ser decretados pelas Prefeituras?

Quesito nº 2

Uma firma da Guanabara, em 1962, extrai minerais de uma jazida e vende-os para industriais deste Estado e da Alemanha. Queira responder, mencionando os fundamentos da Hermenêutica, inclusive históricos e teleológicos, assim como os da doutrina e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, se o Fisco do Estado da Guanabara pode exigir-lhe os impostos de vendas e consignações; e de indústrias e profissões; e de exportação; e, no caso afirmativo, dentro de que limites constitucionais e legais.

Quesito nº 3

O Poder Executivo enviou mensagem à Assembléia Legislativa da Guanabara, encaminhando projeto para aumento de 20% (vinte por cento) dos vencimentos das professoras primárias. A Assembléia aprovou-o, depois de emendá-lo para 25% (vinte e cinco por cento) e estender a majoração aos datilógrafos. E afinal rejeitou o veto do Governador a esse diploma.

Queira indicar, com referência aos fundamentos constitucionais, legais e jurisdicionais, as medidas jurídicas de que se poderá socorrer o Poder Executivo para que prevaleça o veto.

Quesito nº 4

Um professor da Universidade do Estado da Guanabara impetrou mandado de segurança ao Juiz da Vara da Fazenda Publica, pedindo que declare inconstitucional certa lei sancionada hoje, porque dá expressamente competência ao Governador para aplicar penas disciplinares aos docentes daquela instituição.

Que fundamentos jurídicos podem ser opostos ao pedido nesses termos?

Quesito nº 5

À luz dos textos constitucionais, da doutrina e da jurisprudência, poderá ser arrecadado, em 1963, imposto decretado por lei do Estado da Guanabara:

- a) em 15 de dezembro de 1962?
- b) em fevereiro de 1963 ?
- c) em 20 de novembro de 1962?

Queira fundamentar a resposta para cada um dos casos e datas.

Quesito nº 6

Para obediência às disposições constitucionais e legais, que deve conter e que não deve conter, especificamente, o orçamento da Guanabara, e a que calendário está ele subordinado?

Queira mencionar cada dispositivo e respectiva *ratio juris*.

Quesito nº 7

No regime constitucional e legal em vigor, pode o Estado da Guanabara submeter ao controle de uma Comissão nomeada pelo Governador a fiscalização dos serviços e a fixação das tarifas duma empresa concessionária de quaisquer serviços públicos da cidade do Rio de Janeiro?

Prevalecerá o critério do custo histórico adotado por lei do Estado para essa empresa se uma lei federal adotar critério diverso ou for silente sobre a avaliação do investimento do concessionário?

Queira fundamentar a resposta.

Quesito nº 8

Qual a origem, fundamento político e jurídico, assim como aplicações da teoria dos poderes implícitos ou inerentes da União?

Quesito nº 9

É constitucional uma lei pela qual o Governador fique autorizado:

- a vender, por preço de tabela, lotes de terrenos do Estado da Guanabara aos funcionários públicos estaduais, que os requererem?
- a incorporar terrenos dominiais da Fazenda Estadual ao capital de sociedade anônima, para realização de ações subscritas pelo Estado?

Queira fundamentar as respostas.

Quesito nº 10

Cabe mandado de segurança ou qualquer outro processo judicial contra ato de autoridade fiscal da União que exige selos federais:

- sobre contratos de empreitada da SURSAN com engenheiros?
- sobre escritura de compra-e-venda dum imóvel pago à vista por um particular a outro particular?
- sobre contrato de venda de mercadoria à vista, por um particular ao Estado?
- sobre contrato de empréstimo do Montepio estadual a funcionários estaduais?
- sobre compra-e-venda de mercadorias de particular para particular?

Quesito nº 11

É constitucional a lei da Assembléia da Guanabara que:

- manda efetivar funcionários interinos com mais de cinco (5) anos sem nota desabonadora?
- que, para provimento dos cargos, abre concurso interno, isto é, em que são admissíveis apenas os interinos?

Quesito nº 12

Que aplicações encontra o plebiscito no direito constitucional positivo da União e dos Estados, especialmente o da Guanabara?

Quesito nº 13

No direito positivo do Brasil, poderá uma lei:

- ter aplicação imediata a contratos anteriormente celebrados?
- sobreviver à sua revogação quanto a situações jurídicas anteriormente criadas?

Queira mencionar as disposições em que se funda e exemplificar com os diplomas que afirmem ou neguem as questões supra.

Quesito nº 14

Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é constitucional:

- imposto de transmissão *inter vivos* sobre a transmissão de ações de sociedades anônimas cujo ativo é constituído de imóveis?
- imposto do Estado da Guanabara sobre sapatos vendidos na cidade do Rio de Janeiro por filial de fábrica estabelecida em São Paulo?
- imposto estadual sobre bens imóveis de mão morta, porque permaneceram

mais de trinta (30) anos no patrimônio de pessoa jurídica de duração indefinida ou a elas pertencem inalienavelmente?

Quesito nº 15

Por maioria absoluta e a título de estímulo ao desenvolvimento econômico, foi votado na Assembléia Legislativa da Guanabara um projeto concedendo a uma determinada empresa industrial, nova, de aço, uma lei pela qual o Estado lhe fará empréstimos sem garantias nem juros, pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos.

Pergunta-se:

que medidas jurídicas poderá o Governador opor a essa proposição e que fundamentos poderá invocar contra ela?

PROVA ESCRITA DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Quesito nº 1

Em que momento nasce o crédito fiscal? Qual o valor do fato gerador e do lançamento na sua formação? Justificar o ponto de vista defendido.

Quesito nº 2

A translação econômica de um imposto transforma aquele para quem se translada dito imposto em sujeito passivo da obrigação jurídico-tributária?

Em caso de restituição do imposto, quem tem direito a pedi-la: aquele que pagou o imposto ou aquele para quem foi trasladado economicamente?

Quesito nº 3

O pagamento do imposto importa em quitação? Por quê?

Quesito nº 4

Para pedir repetição do tributo indevido é necessário que o pagamento tenha sido feito sob protesto? É necessário provar o erro? Por quê?

Quesito nº 5

Se um testador deixar um legado que deva, por cláusula testamentária, ser recebido, pelo legatário, livre de imposto de transmissão *causa-mortis*, e se o restante

do monte líquido for inferior ao imposto devido pela transmissão daquele legado, deve o imposto ser reduzido até a importância do monte líquido ou deve ser o legatário considerado como responsável pela diferença entre o total do imposto relativo ao legado que recebeu e o citado monte líquido? Justificar a resposta.

Quesito nº 6

A propositura de uma ação para anular um crédito fiscal tira ao Fisco o direito de propor o executivo fiscal? Por quê?

Quesito nº 7

Não havendo disposição expressa a respeito, qual a lei aplicável a determinada relação jurídico-fiscal? Por quê?

Quesito nº 8

Qual a diferença entre imposto e taxa? Dar as várias acepções de taxa e opinar a respeito.

PROVA ESCRITA DE DIREITO CIVIL

Quesito nº 1

Estão sujeitos a registro os atos de aquisição de imóveis, realizados pelo Estado? Justificar e fundamentar.

Quesito nº 2

Fraude à lei, simulação e negócio fiduciário: distinção, sanções correspondentes.

Quesito nº 3

Pode, no direito vigente, ser pedida a retomada para uso próprio de prédio ocupado por asilo ou creche?

Quesito nº 4

O Estado, titular de uma servidão de trânsito, pode defendê-la por ação possessória? Justificar e fundamentar.

Quesito nº 5

Efeitos da adoção superveniente à elaboração do testamento.

PROVA ESCRITA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Quesito nº 1

O art. 209 do Código de Processo Civil tem aplicação contra a Fazenda Pública?

Quesito nº 2

1. Distinção entre assistente e litisconsorte.
2. Admissibilidade da assistência e do litisconsórcio:
 - a) em segunda instância;
 - b) em execução de sentença.

Quesito nº 3

Executivo Fiscal:

- admissibilidade de embargos a acórdão.
- peculiaridade dos embargos de terceiro, em confronto com as disposições do Código de Processo Civil.

Quesito nº 4

Competência funcional:

- conceito
- indicar 5 (cinco) dispositivos legais onde esteja a mesma determinada.
- o art. 884, III, do Código de Processo Civil prevê a competência funcional?

Quesito nº 5

A decisão proferida pelo Tribunal de Justiça, em Arguição de Inconstitucionalidade, por maioria absoluta, é obrigatória, em outros processos:

- para os Juízes de inferior instância?
- para os seus Grupos ou Câmaras?
- para o próprio Tribunal Pleno?

Quesito nº 6

O indivíduo A propôs uma ação com fundamento no art. 141, § 38, da Constituição Federal, para anular nomeação de funcionário, feita sem observância de requisito legal - possuir o nomeado determinado diploma, exigido para o cargo.

Por sentença que transitou em julgado, foi decretada a carência de ação, por não estar em causa qualquer ato lesivo ao patrimônio do Estado.

Posteriormente, a Associação B, entidade de classe que congrega os portadores daquele diploma, propõe uma outra, com idêntico objetivo.

Quais as alegações a serem aduzidas em defesa do Estado (com indicação sucinta dos respectivos fundamentos)?

Quesito nº 7

É válida a cláusula contratual:

- em que se convencionou, para ações decorrentes de contrato, o rito executivo (pacto executivo)?
- pela qual o Estado se obrigue a responder perante a Justiça de outro Estado (foro de eleição)?

Quesito nº 8

Ao conceder um Mandado de Segurança, o Juiz deixou de interpor o recurso *ex officio*. A sentença é passível de execução? Quais as providências cabíveis, em face da omissão, não tendo sido interposto, oportunamente, o recurso voluntário?

Quesito nº 9

O Estado da Guanabara assina, em Nova York, um contrato para aquisição de maquinismos, com a sociedade Z, ali estabelecida e com sucursal em Belo Horizonte, devendo a entrega ser efetivada no porto de Santos. Qual o *foro* competente para a ação a ser proposta pelo Estado, com fundamento em vício redibitório?

Quesito nº 10

Tendo sido revogado o decreto pelo qual foi declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, um determinado imóvel, pode o Estado desistir da correspondente ação:

- enquanto não há decisão transitada em julgado?
- depois de transitar em julgado a decisão?